

Fabiano Jantalia

# JUROS BANCÁRIOS

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2012

# Sumário

*Prefácio: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, xv*

*Nota do autor, xvii*

## **1 Introdução aos Juros, 1**

1.1 Definição, 1

1.2 Evolução histórica do Crédito e dos Juros, 3

1.2.1 Pré-história, 3

1.2.2 Antiguidade, 5

1.2.3 Idade Média, 7

1.2.4 Idade Moderna: a superação da doutrina católica da usura, 10

1.2.5 A criação do Banco da Inglaterra e a ampliação da atividade creditícia, 12

1.2.6 Século XX: o surgimento de um sistema financeiro internacional, 14

1.3 Juros bancários, 17

## **2 Perspectiva Financeira dos Juros, 19**

2.1 Conceitos fundamentais de matemática financeira, 19

2.1.1 Capital, 20

2.1.2 Taxa de juros, 20

2.1.3 Montante, 21

2.2 Taxas de Juros e sua classificação, 21

- 2.2.1 Quanto ao regime de capitalização, 21
  - 2.2.1.1 Capitalização contínua, 22
  - 2.2.1.2 Capitalização descontínua ou periódica: juros simples e juros compostos, 22
  - 2.2.1.3 Capitalização de juros e anatocismo: uma distinção necessária, 25
- 2.2.2 Quanto à consideração recíproca, 26
  - 2.2.2.1 Taxas proporcionais, 26
  - 2.2.2.2 Taxas equivalentes, 27
- 2.2.3 Quanto à efetividade da taxa informada, 28
  - 2.2.3.1 Taxa nominal, 29
  - 2.2.3.2 Taxa efetiva, 29
- 2.2.4 Quanto ao calendário ou número de dias, 30
  - 2.2.4.1 Taxa de juro exato, 31
  - 2.2.4.2 Taxa de juro comercial, 31
- 2.2.5 Quanto à consideração dos índices de inflação, 31
  - 2.2.5.1 Taxa aparente, 32
  - 2.2.5.2 Taxa real, 33
- 2.2.6 Quanto à indexação ou ao momento de sua aferição, 34
  - 2.2.6.1 Taxa prefixada, 34
  - 2.2.6.2 Taxa pós-fixada ou flutuante, 35
- 2.3 Composição das taxas de Juros, 36
- 2.4 Sistemas de amortização, 37
  - 2.4.1 Conceito de amortização, 37
  - 2.4.2 Sistema de Amortização Price, 38
  - 2.4.3 Sistema de Amortização Francês (SAF), 38
  - 2.4.4 Sistema de Amortização Constante (SAC), 39
  - 2.4.5 Sistema de Amortização Misto (SAM), 39
  - 2.4.6 Sistema de Amortização Crescente (SACRE), 40
  - 2.4.7 Sistema de Amortização Americano, 40
  - 2.4.8 Sistema de Amortização Alemão, 40
  - 2.4.9 Análise dos sistemas de amortização: há um sistema melhor?, 41
- 3 Perspectiva Econômica: os Juros no Pensamento Econômico, 45**
  - 3.1 Grécia: a restrição moral e filosófica à cobrança dos juros, 46
  - 3.2 Dos canonistas aos reformistas: a doutrina religiosa da usura, 48
  - 3.3 Mercantilismo: os juros como instrumento de estímulo ao comércio, 50
  - 3.4 Fisiocracia: os juros a serviço da agricultura, 51

- 3.5 Escola clássica: a ineficácia e as distorções decorrentes da limitação legal dos juros, 52
  - 3.6 Socialismo: a irracionalidade dos juros como preço do capital, 55
  - 3.7 Escola neoclássica: diferentes justificativas para a cobrança dos juros, 56
  - 3.8 Wicksell: a visão monetária dos juros, 59
  - 3.9 Keynes: os juros como recompensa da renúncia à liquidez, 60
  - 3.10 Pós-keynesianismo: os juros no contexto da política monetária, 63
  - 3.11 Análise da evolução do pensamento econômico sobre juros, 64
- 4 Perspectiva Jurídica dos Juros, 66**
- 4.1 Natureza jurídica, 66
  - 4.2 Classificação, 67
    - 4.2.1 Quanto à fonte jurídica ou ao fundamento de exigibilidade, 68
      - 4.2.1.1 Juros legais, 68
      - 4.2.1.2 Juros convencionais, 69
    - 4.2.2 Quanto à sua natureza jurídica, 69
      - 4.2.2.1 Juros moratórios, 69
      - 4.2.2.2 Juros remuneratórios ou compensatórios, 70
  - 4.3 Distinção frente a outros institutos, 70
    - 4.3.1 Atualização ou correção monetária, 70
      - 4.3.1.1 Definição e natureza, 70
      - 4.3.1.2 Regime jurídico, 71
    - 4.3.2 Comissão de permanência, 77
      - 4.3.2.1 Definição e natureza, 77
      - 4.3.2.2 Regime jurídico, 79
- 5 Regime Jurídico dos Juros no Direito Comparado, 81**
- 5.1 Argentina, 81
  - 5.2 Chile, 82
  - 5.3 Estados Unidos, 82
  - 5.4 União Europeia, 84
    - 5.4.1 Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, 84
    - 5.4.2 Alemanha, 87
    - 5.4.3 Espanha, 87
    - 5.4.4 França, 88
    - 5.4.5 Inglaterra, 89
    - 5.4.6 Itália, 90
    - 5.4.7 Portugal, 92
  - 5.5 Análise comparativa dos diversos sistemas, 92

## 6 Regime Jurídico dos Juros no Brasil, 94

- 6.1 Direito colonial, 94
- 6.2 Código Comercial e Código Civil, 96
- 6.3 Decreto nº 22.626, de 1933: a “Lei da Usura”, 98
- 6.4 A Lei nº 4.595, de 1964, e a Constituição de 1967/1969: o abrandamento da vedação à usura, 100
- 6.5 Constituição de 1988: a tentativa de limitação dos “juros reais”, 101
- 6.6 Código Civil de 2002: a nova disciplina sobre as taxas de juros, 107
  - 6.6.1 Contratos de mútuo regidos por lei especial, 108
  - 6.6.2 Demais contratos de mútuo, 108
- 6.7 Panorama do regime jurídico atual dos juros no direito brasileiro, 110

## 7 Juros no Sistema Financeiro Nacional, 111

- 7.1 Sistema Financeiro Nacional, 111
  - 7.1.1 Conceito e delimitação, 111
  - 7.1.2 Segmentação e organização, 113
    - 7.1.2.1 Mercado financeiro em sentido estrito, 114
    - 7.1.2.2 Mercado de valores mobiliários ou mercado de capitais, 116
    - 7.1.2.3 Mercado de seguros privados, 117
    - 7.1.2.4 Mercado de capitalização, 117
    - 7.1.2.5 Mercado de previdência complementar, 117
    - 7.1.2.6 Quadro demonstrativo do SFN, 118
- 7.2 O mercado de crédito e sua regulação no Brasil, 119
- 7.3 Instituições operadoras do mercado de crédito, 120
  - 7.3.1 Instituições financeiras, 120
    - 7.3.1.1 Instituições financeiras que captam depósitos à vista, 121
    - 7.3.1.2 Instituições financeiras que não captam depósitos à vista, 122
  - 7.3.2 Outros intermediários financeiros, 125
  - 7.3.3 Prestadores de serviços financeiros, 126
- 7.4 Principais operações, 127
  - 7.4.1 Operações passivas (captação), 127
  - 7.4.2 Operações ativas (aplicação), 128
    - 7.4.2.1 Principais operações ativas com pessoas jurídicas, 129
      - 7.4.2.1.1 *Hot Money*, 129
      - 7.4.2.1.2 Desconto de duplicatas, 129
      - 7.4.2.1.3 Desconto de notas promissórias, 130
      - 7.4.2.1.4 Empréstimo para capital de giro, 130
      - 7.4.2.1.5 Conta garantida (cheque especial), 130
      - 7.4.2.1.6 *Vendor*, 131

- 7.4.2.1.7 Aquisição de bens, 131
      - 7.4.2.1.8 Financiamento à exportação, 132
    - 7.4.2.2 Principais operações ativas com pessoas físicas, 133
      - 7.4.2.2.1 Conta garantida (cheque especial), 133
      - 7.4.2.2.2 Crédito pessoal, 133
      - 7.4.2.2.3 Crédito em consignação, 133
      - 7.4.2.2.4 Crédito imobiliário, 134
      - 7.4.2.2.5 Aquisição de veículos automotores, 135
      - 7.4.2.2.6 Aquisição de outros bens, 135
      - 7.4.2.2.7 Cartão de crédito, 136
- 7.5 Taxas de Juros, 136
  - 7.5.1 Composição, 136
    - 7.5.1.1 Taxa ou custo de captação, 137
    - 7.5.1.2 *Spread* bancário e seus componentes, 139
      - 7.5.1.2.1 Custos administrativos, 140
      - 7.5.1.2.2 Custos tributários, 140
      - 7.5.1.2.3 Custos de direcionamento e encargos próprios da intermediação financeira, 141
      - 7.5.1.2.4 Custos de inadimplência, 143
      - 7.5.1.2.5 *Spread* líquido ou margem líquida: o lucro efetivo da operação, 143
  - 7.5.2 Taxas referenciais, 144
    - 7.5.2.1 Taxa SELIC, 145
    - 7.5.2.2 Taxa Básica Financeira (TBF), 148
    - 7.5.2.3 Taxa Referencial (TR), 149
    - 7.5.2.4 Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), 151
    - 7.5.2.5 Taxa DI-CETIP, 152
    - 7.5.2.6 Taxa ANBID, 153
    - 7.5.2.7 Taxas LIBOR, 153
    - 7.5.2.8 Taxas EURIBOR, 154
    - 7.5.2.9 *Prime Rate*, 155
- 7.6 Análise quantitativa e qualitativa do crédito no Brasil, 156
  - 7.6.1 Volume de concessão, 156
  - 7.6.2 Origem dos recursos, 157
  - 7.6.3 Destinação dos recursos, 159
  - 7.6.4 Custo do crédito, 161
  - 7.6.5 Diagnóstico e perspectivas de atuação, 164
- 7.7 Medidas adotadas em prol da redução do custo do crédito no Brasil, 166

- 7.7.1 Medidas legislativas: o enfoque estrutural das garantias aos credores, 167
- 7.7.2 Medidas regulamentares: o enfoque concorrencial, 168
  - 7.7.2.1 Divulgação das taxas médias de juros do mercado, 169
  - 7.7.2.2 Portabilidade de informações cadastrais e de operações de crédito, 169
  - 7.7.2.3 Transparência na cobrança de custos de operações e de tarifas bancárias, 170
  - 7.7.2.4 Medidas macroprudenciais, 172
- 7.7.3 Medidas de intervenção direta: a atuação dos bancos públicos na indução de maior concorrência, 173

## **8 Juros Bancários na Jurisprudência, 177**

- 8.1 Considerações preliminares: o fenômeno da litigiosidade bancária, 177
- 8.2 Aplicabilidade do CDC aos contratos bancários – Súmula 297 do STJ, e ADIn nº 2.591, 180
- 8.3 Limitações à estipulação de taxas de juros remuneratórios, 185
  - 8.3.1 Ausência de limites constitucionais, 185
    - 8.3.1.1 A jurisprudência do STF antes da Constituição Federal de 1988, 185
    - 8.3.1.2 A ineficácia da limitação dos “juros reais” – ADIn nº 4 e Súmula 648, do STF, 188
  - 8.3.2 Limites impostos pela Lei de Usura e sua aplicabilidade, 191
    - 8.3.2.1 Inaplicabilidade da Lei de Usura às operações das instituições financeiras – Súmula 596 do STF, 191
    - 8.3.2.2 Aplicabilidade da Lei de Usura às demais operações, 195
    - 8.3.2.3 A situação peculiar das Administradoras de Cartões de Crédito – Súmula 283, do STJ, 198
  - 8.3.3 Limites impostos pelo Código Civil e sua aplicabilidade, 200
  - 8.3.4 Limites impostos pela legislação do SFH e sua aplicabilidade – Súmula 422 do STJ, 201
  - 8.3.5 Limites à estipulação de taxas referenciais, 202
    - 8.3.5.1 Taxa DI-CETIP (CDI) – Súmula 176 do STJ, 202
    - 8.3.5.2 Taxa Básica Financeira (TBF) – Súmula 287 do STJ, 203
    - 8.3.5.3 Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) – Súmula 288 do STJ, 204
    - 8.3.5.4 Taxa Referencial (TR) – Súmula 295 do STJ, 204
- 8.4 Taxa de juros aplicável diante da omissão no contrato, 205
- 8.5 Cálculo e Incidência dos Juros, 207
  - 8.5.1 Periodicidade da Capitalização – Súmula 121 do STF, e Súmula 93 do STJ, 207

- 8.5.2 Incidência de Juros e prevenção do Anatocismo, 210
- 8.5.3 Momento de Incidência de Juros e da Amortização de Saldo Devedor de Financiamentos – Súmula 450 do STJ, 213
- 8.6 Comissão de permanência, 214
  - 8.6.1 Legalidade e limites à estipulação – Súmula 294 do STJ, 214
  - 8.6.2 Fórmula de cálculo e cumulação com outros encargos de inadimplência – Súmulas 30, 296 e 472 do STJ, 216
- 8.7 Revisão judicial de taxas de juros remuneratórios, 218
  - 8.7.1 Admissibilidade da revisão judicial – ADIn nº 2.591, 218
  - 8.7.2 A abusividade como requisito da revisão judicial – REsp nº 407.097, 219
  - 8.7.3 Caracterização da abusividade, 220
    - 8.7.3.1 Ausência de parâmetros fixos – Súmula 382 do STJ, 220
    - 8.7.3.2 A “média de mercado” como parâmetro de abusividade – REsp nº 1.061.530, 222
- 8.8 Limitações à estipulação de juros moratórios – Súmula 379 do STJ, 233
- 9 Revisão Judicial das Taxas de Juros: uma Análise Crítica, 234**
  - 9.1 Superficialidade do juízo de abusividade proposto, 234
  - 9.2 Ausência de cogitação dos fatores de precificação do crédito, 237
  - 9.3 Impessoalidade do critério de abusividade adotado: o caráter personalíssimo do contrato de crédito, 239
  - 9.4 Inadequação da “taxa média” divulgada pelo Banco Central como parâmetro de abusividade, 244
  - 9.5 A revisão judicial como externalidade negativa: contribuições da análise econômica do direito, 248
    - 9.5.1 O precedente judicial enquanto indutor de alteração da estrutura de incentivo dos agentes econômicos, 248
    - 9.5.2 Efeitos negativos sobre a concessão e o custo do crédito, 252
    - 9.5.3 Efeitos negativos sobre o comportamento dos tomadores de crédito, 261
  - 9.6 Contribuições para a construção de parâmetros consistentes de abusividade de juros, 264
    - 9.6.1 Parâmetros normativos, 264
    - 9.6.2 Parâmetros analíticos, 271



# Nota do Autor

Pelas inúmeras peculiaridades envolvidas no bem sobre o qual recai, o dinheiro, o tema dos juros sempre foi objeto dos mais ferrenhos conflitos de ideias no mundo das finanças. Mais antigo do que a própria moeda, o juro é, há muitos séculos, objeto de contestações filosóficas, morais, econômicas e, claro, jurídicas. Não são poucos, nem desprestigiados, os autores que destilaram e ainda destilam argumentos furiosos – e, a bem da verdade, quase sempre mais envoltos por paixão do que por razão – contra este instituto.

Em tempos como o que vivemos atualmente, com crises financeiras e econômicas de envergadura mundial, repetidas de forma incomodamente cíclica em um contexto de mercados financeiros cada vez mais transnacionais, esse debate tende a se inflamar ainda mais. O torpor e a sedução de um antigo maniqueísmo que projeta no sistema financeiro toda sorte de explorações e iniquidades ganha então um novo fôlego – em alguns casos, forte o suficiente para exumar as teses conspiratórias e panfletárias acerca das relações entre clientes e instituições financeiras, em que os juros sempre acabam figurando como um dos maiores instrumentos de dominação, subjugação e opressão.

Não apenas em função do contexto jurídico-político que vivemos no Brasil, forjado especialmente a partir da Constituição Federal de 1988 – de viés altamente democrático, garantista e social –, mas também em função do grande crescimento econômico e da forte expansão do mercado de crédito que nosso país experimentou na última década, é natural que esse tipo de contexto evoque discussões também acaloradas na literatura jurídica e na jurisprudência. Fala-se então nos direitos dos

consumidores de serviços bancários – que, aliás, assim se podem considerar por conta de histórico precedente de nossa Suprema Corte – e no acesso ao crédito como um instrumento de resgate ou de oportunização de cidadania.

Nesse quadro, as circunstâncias econômicas da realidade brasileira atual, marcadas, em especial, por uma pronunciada tendência à inclusão financeira de segmentos da sociedade até então alijados do setor bancário, demandam dos juristas reflexões mais aprofundadas em busca de soluções ou alternativas para viabilizar uma expansão segura das operações de crédito no Brasil, em todos os sentidos. E um importante aspecto sempre relacionado a tal questão é precisamente o custo das operações de crédito, que tem nos juros seu ponto central e que vem sendo objeto de preocupações de todos os setores – do governo e de suas instâncias de regulação e supervisão, das próprias instituições operadoras do mercado e, naturalmente, das instituições de defesa dos consumidores.

Diversas ações têm sido empreendidas para tentar baratear o curso das operações de crédito no Brasil, abrangendo desde a modernização da legislação processual – para fins de tornar a inadimplência um mau negócio para o devedor – até a alteração dos marcos regulatórios e a criação do Cadastro Positivo – neste caso para tornar a adimplência um excelente negócio para todas as partes envolvidas. Em outro campo, diversas investidas junto ao Poder Judiciário têm sido levadas a cabo com o objetivo de moldar, ainda que a ferro quente, as relações entre as instituições operadoras do mercado de crédito e seus clientes.

Sendo o juro um importante componente do custo das operações de crédito – o que somente se reforça no cenário antes descrito – cabe a nós, juristas, um esforço adicional de elaboração teórica e prática sobre o tema. Pensando nisso, e movido pela angústia de ver um tema tão importante e complexo ser usualmente enfrentado de forma tão reducionista, é que me dediquei a estudá-lo de forma mais aprofundada. A presente obra é, na realidade, fruto de dedicadas pesquisas jurídicas, econômicas e estatísticas que empreendi exclusivamente sobre os juros bancários para elaboração de minha dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, sob a orientação do Professor Doutor Marcus Faro de Castro. O projeto de pesquisa desenvolvido junto à UnB, por sinal, me deu a honra de ser vencedor do 4º Prêmio ANBID de Mercado de Capitais, em 2008, na categoria de mestrado.

Concluída a pesquisa acadêmica e diante do incentivo dos componentes da banca que me concedeu o título de Mestre em Direito – composta ainda pelos Professores Doutores Ana Frazão, Jairo Saddi e Ivo Teixeira Gico Júnior – e do honroso convite da Editora Atlas, resolvi aprofundar ainda mais os estudos conducentes à dissertação, originalmente focados na análise da revisão judicial de taxas de juros sob a ótica do Direito Econômico, para contemplar um exame jurídico mais amplo sobre os juros bancários. À obra procurei adicionar ainda um

pouco de minha experiência de mais de dez anos no sistema financeiro, vividos inicialmente como advogado concursado da Caixa Econômica Federal e depois como Procurador do Banco Central.

No livro que vai adiante, procurei – como sempre faço em minhas publicações – conjugar reflexões teóricas com aspectos práticos da dinâmica do mercado financeiro. O leitor encontrará então elaborações sobre diversos temas e controvérsias relacionados aos juros, devidamente contextualizados, que não se limitarão ao espectro jurídico: há, também, capítulos dedicados ao estudo da evolução histórica e do pensamento econômico sobre os juros, além de outras partes com fundamentos de matemática financeira pertinentes à cobrança de juros nas operações de crédito.

Minha proposta é fornecer ao leitor uma visão abrangente, multidisciplinar e consistente dos diversos aspectos pertinentes aos juros bancários. O livro é, por definição, destinado aos juristas, e o fornecimento dos conhecimentos econômicos, financeiros e dos dados estatísticos não desvirtua este fim: é, antes, uma opção deliberada para possibilitar uma familiarização minimamente consistente dos profissionais do Direito com os fundamentos técnicos pertinentes aos juros, com o fito de lhes conferir uma compreensão mais abrangente do tema. Isso atende a um propósito bem definido: contribuir para que o leitor tenha uma visão mais ampla da realidade econômica, matemática e financeira dos juros, de modo que a análise jurídica do instituto fique mais rica e científica.

Por fim, destaco que, na condição própria de destinatário deste livro, o leitor exerce um papel importante na sua contínua construção e aprimoramento. Por isso, serão muito bem-vindas todas as contribuições que o leitor se dispuser a fornecer.

Bom proveito!

Brasília (DF), 30 de abril de 2012.

*Fabiano Jantalia*  
fjantalia@hotmail.com  
@FabianoJantalia